



Joel Cezar Bonin – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP

Juan Miguel González Velasco – Universidad Mayor de San Andrés – UMSA

Leonardo Aparecido de Lima da Silva – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP

Políticas públicas e contínuo esquecimento da região do Contestado

Resumo

Este artigo visa a debater sobre a abordagem das políticas públicas voltadas ao território do Contestado, localizado no Meio Oeste de Santa Catarina. É fato que este assunto parece ser repetitivo, mas é preciso observar a sua complexidade. Desse modo, este texto tenta elucidar os problemas sociais e educacionais presentes dentro do município de Timbó Grande, Capital Catarinense Cabocla do Contestado, tendo em mente que esse município foi o último reduto da guerra que teve início com a disputa entre os estados de Santa Catarina e Paraná e acabou se findando entre a República e o povo caboclo, causando um dos maiores genocídios impetrados pelo exército brasileiro na aurora do século XX. É possível dizer que os descendentes desses caboclos herdaram muitas coisas positivas, como a cultura, a bondade, a fé; mas também receberam heranças negativas como o medo, o apagamento histórico, a perseguição à cultura dessa região e o esquecimento das políticas públicas voltadas ao Contestado. Por isso, este texto visa abordar que a pobreza, decorrente desse conflito, não é somente marcada pela falta de renda, mas pela falta de compreensão da realidade e de entendimento das origens desse povo. Dessa forma, entende-se que o principal meio de mudança perpassa a criação de mecanismos de empoderamento do povo caboclo, para assim diminuir as desigualdades estabelecidas através dos tempos a esta

população, que é marginalizada há muito tempo. E um meio de empoderamento necessário, tangível e possível é a educação. Além disso, vale salientar que este trabalho foi desenvolvido com base em fontes bibliográficas e que seu viés é interpretativo, com caráter qualitativo.

Palavras-Chave: Contestado; Políticas Públicas; Educação.

Abstract

This article aims to debate the approach to public policies aimed at the Contestado territory, located in the Midwest of Santa Catarina. It is a fact that this subject seems to be repetitive, but it is necessary to understand how complex it is. In this way, this essay attempts to elucidate the social and educational problems present within the municipality of Timbó Grande, the capital of Caboclo people in the state of Santa Catarina. Bearing in mind that this municipality was the last stronghold of the war that began with the dispute between the states of Santa Catarina and Paraná and ended up causing one of the greatest genocides carried out by the Brazilian army at the dawn of 20th century. It is possible to say that the descendants of these caboclos inherited many positive things such as culture, kindness, and faith; but they also received negative legacies such as fear, historical erasure, and persecution of their culture, as well as the forgetfulness of public policies aimed at the Contestado Region. Therefore,





Joel Cezar Bonin – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP

Juan Miguel González Velasco – Universidad Mayor de San Andrés – UMSA

Leonardo Aparecido de Lima da Silva – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP

this text aims to address the fact that poverty, resulting from this conflict, is not only marked by a lack of income, but by a lack of understanding of the reality and understanding of the origins of these people. In this way, it is understood that the main means of change involves the creation of mechanisms for empowering the caboclo people to reduce the inequalities established

over time for this population that has been marginalized for a long time. And a necessary, tangible and possible means of empowerment is education. Furthermore, it is worth noting that this work was developed based on bibliographic sources, and its bias is interpretative with a qualitative character.

Keywords: Contestado; Public policy; Education.

Introdução

Nas últimas décadas, registramos o surgimento de muitos estudos sobre políticas públicas voltadas ao território do Contestado, pois vários fatores deram maior visibilidade a essa área do estado de Santa Catarina, fundamentalmente em virtude dos estudos voltados ao povo caboclo do Contestado, seja pelo fato de haver um esquecimento histórico-cultural desse evento histórico, seja pela própria desigualdade social ainda presente ou pela necessidade de um radical empoderamento das pessoas para transformar essa localidade.

Não é de hoje que essa região é definida como uma terra de desigualdades, expondo os desafios históricos enfrentados pela herança de injustiça social que exclui grande parte da população, em sua grande maioria, sem acesso básico às condições de dignidade e cidadania. A pobreza desses lugares caracteriza-se pela carência e vulnerabilidade dos recursos financeiros e de investimentos públicos. Nesse sentido, os habitantes das terras do Contestado estão mais propensos a encarar situações de crises políticas, econômicas e culturais, além, claro, de se encontrarem em áreas mais propícias a doenças e, conseqüentemente, de negligência do Poder Público.





Joel Cezar Bonin – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP
Juan Miguel González Velasco – Universidad Mayor de San Andrés – UMSA
Leonardo Aparecido de Lima da Silva – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP

Diante disso, este trabalho busca construir ligações entre as diferentes vertentes, analisando as políticas públicas voltadas ao povo caboclo do Contestado, bem como o esquecimento cultural ainda presente na região. Seu objetivo principal é verificar como se pode minimizar a lacuna das escassas políticas públicas voltadas à região do Contestado e, ao rever as principais formulações teóricas e conceituais sobre o tema, contribuir para uma compreensão mais ampla sobre a emancipação populacional e o seu respectivo crescimento regional.

Por meio das políticas públicas, podemos conhecer, compreender e criar possibilidades de transformação social através das diferentes dimensões que se estabelecem em determinado espaço. Estudando o território do Contestado, entende-se que é possível analisar o impacto do passado na história e o quão difícil é converter o olhar dos próprios cidadãos locais para a mudança. Todavia, a utopia e o sonho, mesmo que quiméricos, não podem escapar do horizonte de perspectiva quando se pensa o papel das políticas públicas, num contexto mais amplo de transformação e emancipação social. Vale ainda salientar que este trabalho foi desenvolvido com base bibliográfica, com viés interpretativo e caráter qualitativo.

História e o Surgimento da Região do Contestado

Para iniciar essa explanação, é importante evidenciar o processo de apropriação privada das terras da região do Meio Oeste Catarinense, mais precisamente do território do Contestado, que compreende uma região de aproximadamente 23.000 km² entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Tal território estava em disputa desde o ano de 1853,





Joel Cezar Bonin – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP
Juan Miguel González Velasco – Universidad Mayor de San Andrés – UMSA
Leonardo Aparecido de Lima da Silva – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP

ocasião em que a atual região catarinense se encontrava sob domínio do Paraná. A contestação foi tomando contornos finais, sobretudo a partir das decisões do Supremo Tribunal Federal, nos anos de 1904, 1909 e 1910. Todavia, somente em 1916, após o fim do conflito, Santa Catarina passou a exercer o domínio definitivo.

Isso se torna mais claro uma vez que, após a decisão do STF, em 1912, começou a Guerra do Contestado, uma guerra armada do exército contra a população desarmada e residente desta região. Muitos pequenos agricultores que plantavam para sua subsistência, bem como indígenas e povos quilombolas que já viviam nesta região muito antes da disputa dos estados, foram esquecidos nesse processo de disputa territorial. Outrossim, em nome dos mandamentos positivistas que alicerçavam a jovem República Brasileira de então, iniciou-se a construção da Estrada de Ferro Rio Grande – São Paulo, o que acabou por ser um elemento fulcral para o estopim da guerra, pois o governo brasileiro começou a desapropriar as terras dessa população, simplesmente expulsando-a. Assim, os habitantes dessas terras também começaram a “contestar” o governo, que repassou grande parte desses terrenos para a *Lumber Company*, responsável pela extração da madeira e pela *Brazil Railway Company*, construtora da ferrovia.

Assim sendo, em nome do progresso e da transformação do sertão em industrialização, essas pessoas foram abandonadas, expropriadas e maltratadas. O governo concedeu tais terras a essas duas companhias em nome da exploração da madeira e da construção da estrada de ferro, de modo que os novos proprietários não negociaram, em momento algum, a posse desse território. Aqueles que não aceitaram as novas determinações eram expulsos ou mortos. Isso já nos releva um desafio muito grande enfrentado no Brasil desde sua colonização: as decisões governamentais sempre se dão





Joel Cezar Bonin – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP
Juan Miguel González Velasco – Universidad Mayor de San Andrés – UMSA
Leonardo Aparecido de Lima da Silva – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP

de um modo unilateral. O debate, o plebiscito, a consulta pública e o atendimento dos reais interesses democráticos são colocados para debaixo do tapete em nome do progresso, da ordem, do capitalismo ou de interesses de pequenos grupos que estão no poder social ou que o controlam.

Para Nilson Cesar Fraga, “a Guerra do Contestado é um episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural ou religiosa” (Fraga, 2007, p. 64). Porém, o maior desafio da Guerra foi, e ainda é, seu intencional silenciamento.

A Guerra do Contestado não é apenas uma disputa territorial por espaço político-jurídico entre estados do Paraná e Santa Catarina como muitos livros didáticos e o senso comum propagam; também não é apenas uma guerra religiosa e messiânica como acreditam muitos autores que escrevem sobre o tema. Os episódios ocorridos naquele tempo e naqueles territórios são uma parte da história do Brasil que ainda ecoa na contemporaneidade, pois se tratava de disputa territorial entre o povo caboclo que queria fazer uso da terra com o objetivo de atender às suas necessidades, mas também território desejado para alimentar a obsessão da acumulação dos capitalistas da transnacional Lumber. Os camponeses tinham de contar apenas com eles próprios na defesa de seu território, mas a transnacional tinha a república brasileira como sua aliada (Harfuch, 2016, p. 365).

Vale destacar que já se passaram mais de 100 anos após o fim dessa guerra civil campesina dentro do território brasileiro, mas, mesmo assim, ainda não conseguimos minimizar os altos índices de pobreza da região contestada. Por isso, falar do passado nessa localidade é lembrar o quanto tal evento histórico ainda ecoa e reverbera na sociedade local.

Após a Guerra do Contestado, o governo federal começou uma nova colonização da região, numa tentativa de apagar a história do povo sobrevivente. Essa tentativa de aniquilamento cultural, certamente, é uma das marcas mais duras desse passado, pois isso





Joel Cezar Bonin – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP
Juan Miguel González Velasco – Universidad Mayor de San Andrés – UMSA
Leonardo Aparecido de Lima da Silva – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP

pode ser visto de várias formas: no rosto sofrido da população descendente, na arquitetura das cidades, nos monumentos históricos, nas práticas religiosas, nos cuidados com a saúde e na forma de comunicação. Todavia, para Nilson Thomé, apesar de toda negação de direitos, essas pessoas persistiram e resistiram ao tempo,

A forte personalidade desta gente sempre se impôs no território e só dividiu primazia após a chegada dos imigrantes europeus recentes, que viam no caboclo um ser inferior, inculto e selvagem. Mas, logo os brancos “puros” se curvaram à sabedoria deste caipira, que conhecia a mata, distinguia o solo, previa o tempo, falava a linguagem da natureza, reconhecia o perigo à distância, praticava a automedicação e que se sentia à vontade nas suas terras, estranhas aos recém-chegados (Thomé, 1992, p. 19).

Contudo, compreendemos que a população da região do Contestado, mesmo após a guerra, sofreu (e sofre) amargamente com as sucessivas tentativas de destruição de sua história, costumes e crenças.

A Pobreza no Território do Contestado e a escassez de Políticas Públicas

A pobreza pode ser entendida como uma situação de privação e insegurança que envolve uma diversidade de elementos como saúde, educação, escolaridade e alimentação. Mesmo existindo em todos os lugares do mundo, ela pode variar em intensidade e consequências.

Para Amartya Sen (2010), a pobreza corresponde à privação de liberdade consecutiva de um déficit de capacidades no que se refere à saúde, à educação, à moradia, às normas sociais e às instituições políticas. Segundo ele,





Joel Cezar Bonin – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP
Juan Miguel González Velasco – Universidad Mayor de San Andrés – UMSA
Leonardo Aparecido de Lima da Silva – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP

às vezes, a ausência de liberdade substantiva relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico (Sen, 2010, p. 17).

Na concepção de Sen (2010), um indivíduo pobre não tem liberdade, pois a liberdade existe quando o sujeito possui as possibilidades de ter um bom estudo, uma boa saúde, uma boa alimentação, ou seja, ter o mínimo para o seu bem-estar. Assim, a pobreza tira a liberdade de cada indivíduo de se alimentar, de se vestir e de viver em bem-estar.

Como se pode depreender, a região do Contestado foi e ainda é marcada pela pobreza. Segundo Nossa e Junior (2012, s/p), essa região é cercada pela pobreza, tornando-se uma ilha à margem de todo contexto de riqueza que “supostamente” define o estado de Santa Catarina. Para os autores,

[...] pela análise dos números de repasses de verbas públicas, a região do Contestado deverá continuar uma ilha de pobreza no Sul do Brasil. Ao longo de 2011, o governo priorizou nas suas ações de melhoria dos índices de desenvolvimento humano as grandes cidades e os municípios médios e pequenos do Vale do Itajaí, do Sul e Extremo Oeste de Santa Catarina, onde o percentual de miséria não passa de um dígito. Já os municípios do Contestado, que registram mais de 40% da população na faixa de indigência e pobreza, foram relegados a segundo plano.

Aliás, os dados são de 2011, mas se conferirmos os dados atuais, constata-se que pouco mudou, pois os maiores investimentos em saúde, educação e segurança ainda são destinados prioritariamente aos referidos municípios, enquanto Timbó Grande míngua na escassez, sendo que os poucos recursos advindos ao município são provenientes do Governo Federal. Auxílios contínuos ou emergenciais (como foi durante a pandemia da Covid-19) são o modo mais comum de acesso à renda desta população, pois o acesso ao





Joel Cezar Bonin – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP
Juan Miguel González Velasco – Universidad Mayor de San Andrés – UMSA
Leonardo Aparecido de Lima da Silva – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP

emprego e à produção de renda são formas - pelo menos por enquanto - inviáveis para tal população.

Assim, ainda em nossos dias, em muitas cidades da região do Contestado, pode-se dizer que os direitos sociais inexistem ou são insuficientes. Como já destacado, o alto índice de desemprego e a falta de acesso a serviços básicos, como o saneamento e, conseqüentemente, o baixo nível de renda e a baixa escolaridade da população que vive sem dignidade e com uma saúde precária são sinais fortes da negligência com essa localidade de Santa Catarina.

Amartya Sen (2010), por meio de suas pesquisas, criou duas classificações de pobreza: uma por baixo nível de renda e outra por inadequação de capacidade. A primeira se refere às questões monetárias, enquanto a segunda se refere à situação em que o indivíduo tem privações que são extremamente importantes para viver, como se alimentar.

Embora seja importante distinguir conceitualmente a noção de pobreza como inadequação de capacidade da noção de pobreza como baixo nível de renda, essas duas perspectivas não podem deixar de estar vinculadas, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades. E, como maiores capacidades para viver sua vida tenderiam, em geral, a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, também esperaríamos uma relação na qual um aumento de capacidade conduziria a um maior poder de auferir renda, e não o inverso (Sen, 2010, p. 124).

Podemos compreender que ambas as noções de pobreza estão associadas uma à outra, pois sempre que um indivíduo alcança uma maior formação instrucional e educacional, ele consegue um meio para conquistar mais renda e aumentar suas capacidades. A questão mais central, entretanto, está associada à inadequação; mas, como exigir o básico, quando isso nem mesmo existe? Eis o problema inicial da pobreza do Contestado.





Joel Cezar Bonin – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP
Juan Miguel González Velasco – Universidad Mayor de San Andrés – UMSA
Leonardo Aparecido de Lima da Silva – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP

Nesse contexto, para Sen (2010), um exemplo de pobreza absoluta (ainda presente no Brasil), ocorre quando um indivíduo não tem o que precisa para suprir suas necessidades básicas, que é o caso de uma grande parcela da população que vive na região do Contestado. Não há emprego com carteira assinada, não há garantias nem proteção trabalhista para esses indivíduos que vivem de “bicos”, “por dia”. Os únicos recursos são os auxílios de programas governamentais, como o Bolsa Família* e tantos outros, como já explicamos acima.

Além disso, vale destacar o ponto de vista de Hagennars e de Vos (1988, apud Pereira; Souza, 2020, p. 3) sobre isso:

Segundo Hagennars e De Vos (1988), a pobreza absoluta refere-se a ter menos que um mínimo socialmente estabelecido, enquanto a pobreza relativa se refere a ter menos do que os outros na sociedade e a pobreza subjetiva diz respeito ao sentimento de não possuir o suficiente para se relacionar em sociedade. Em termos gerais, basicamente todas as definições de pobreza podem ser incorporadas nessas três categorias [...]

Conforme os autores expõem, a realidade do Contestado incorpora perfeitamente essas três categorias de pobreza. Desse modo, fica evidente o quanto a pobreza é um problema multifacetado e complexo, indo muito além do que a mera definição de muitos documentos oficiais que definem uma pessoa pobre como aquela que vive com apenas US\$ 1,25 ao dia. Todavia, como vimos, a pobreza absoluta é sempre a mais lembrada em virtude de seu impacto social.

* O Programa Bolsa Família é um programa federal de transferência direta e indireta de renda que integra benefícios de assistência social, saúde, educação e emprego, destinado às famílias em situação de pobreza. Além disso, o Programa oferece ferramentas para a emancipação socioeconômica da família em situação de vulnerabilidade social. Disponível em: <https://bfa.saude.gov.br/#:~:text=O%20Programa%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia%20%C3%A9,fam%C3%ADlias%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20pobreza>. Acesso em 01 jul. 2024.





Joel Cezar Bonin – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP
Juan Miguel González Velasco – Universidad Mayor de San Andrés – UMSA
Leonardo Aparecido de Lima da Silva – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP

Nesse contexto, é muito difícil encontrar emprego formal com carteira assinada quando um município é pequeno como Timbó Grande (apenas 7.342 habitantes, segundo IBGE 2022), pois o desenvolvimento econômico normalmente gira em torno do comércio local, da agricultura e de empresas madeireiras. Assim sendo, muitos moradores, estão desempregados, lutando para sobreviver a cada dia, trabalhando na informalidade, desestimulados e desanimados com a situação em que se encontram; assim, acabam desistindo de procurar emprego formal e consideram que a única alternativa de manutenção da própria vida e de seus familiares é receber auxílio do governo por tempo indeterminado.

Dessa forma, a morte de um povo e de sua cultura não ocorre apenas pela falta de recursos ou de empregos, mas pela sistemática aniquilação de seus potenciais modos de vida, pelas barreiras criadas para a redução de possibilidades de estudos, pelas condições que são impostas pelo sistema e pela intencional falta de políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento dessa localidade. É isso o que veremos no item a seguir.

Um olhar para as Políticas Públicas e Sociais da região de Timbó Grande

O município de Timbó Grande foi palco do maior massacre do povo caboclo ocorrido durante a Guerra. Em função desse e de tantos outros elementos correlacionados, o município ainda encontra muitos desafios que são colocados cotidianamente: um deles está ligado ao incremento e à implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional.





Joel Cezar Bonin – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP
Juan Miguel González Velasco – Universidad Mayor de San Andrés – UMSA
Leonardo Aparecido de Lima da Silva – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP

Abordar essa questão de políticas públicas, voltadas para o melhoramento da vida dos descendentes do povo caboclo do Contestado, pode fomentar diferentes discussões, pois se trata de um território marcado fundamentalmente pelo trato com a terra, pela produção de erva-mate e pinus. Os atuais proprietários dessas terras não valorizam a mão de obra qualificada e consideram que funcionários instruídos não melhoram a qualidade da produção, a base de tudo ainda é o extrativismo. Essa lógica gera pessoas “escravizadas” e incultas e, como corolário, pobres.

Nesse caso, o contexto da fome é, em primeiro lugar, expressão dos males políticos e culturais, pois está ligada às distorções econômicas. Para Castro (1953), muitos moradores ainda vivem na linha da pobreza e da miséria, consistindo em um fato criado e mantido pelo homem e não um evento marcado por uma “desigualdade natural”. “Não é possível admitir-se ser a fome um fenômeno natural, uma vez que ela é condicionada muito mais por fatores de natureza econômica do que pelos de natureza geográfica” (Castro, 1953, p. 371).

Um dado para se pensar: é notório que num mesmo município, rico economicamente, existam indivíduos na linha da pobreza, que não sabem se terão o alimento para a refeição ou se terão uma próxima refeição, não possuindo alimentos em quantidade e/ou qualidade. Isso fica ainda pior em Timbó Grande, pois, segundo dados do IBGE (2021/2022) apenas 1721 pessoas têm ocupações de emprego, de um total de 7342 habitantes. Ou seja, do total, apenas 21,5% da população têm emprego com rendimentos, mas que não ultrapassam a faixa de 2,2 salários-mínimos ao mês.

Assim, compreende-se que muitos moradores estão na linha da pobreza, não tendo uma segurança alimentar adequada. Além disso, sabe-se que a segurança alimentar está





Joel Cezar Bonin – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP
Juan Miguel González Velasco – Universidad Mayor de San Andrés – UMSA
Leonardo Aparecido de Lima da Silva – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP

ligada diretamente ao direito de cada indivíduo a uma alimentação suficiente para sobreviver com dignidade, enquanto a soberania alimentar é um direito de todos os povos de decidirem sobre as suas políticas agrícolas e alimentares, algo ainda impensável para a realidade de Timbó Grande, pois, conforme a Primeira Conferência Mundial de Alimentação, ocorrida na cidade de Roma em 1996:

Existe segurança alimentar quando todas as pessoas possuem em todos os momentos acesso físico e econômico, alimentos suficientes, inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentares e suas preferências em relação aos mesmos a fim de levar uma vida ativa e saudável[†].

De acordo com tal contextualização, é necessário reforçar o que se compreende como política pública e como ela pode ser entendida dentro do contexto da fome e da pobreza no município de Timbó Grande. Para tanto, é preciso ouvir com atenção as palavras de Leonardo Secchi (2014, p. 2):

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Vejamos essa definição em detalhe: uma política é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública. Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público: em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

Assim, pode-se dizer que Secchi (2014) é muito certo ao explicar o que é um problema público, já que, na referência acima, ele pontua muitos elementos fulcrais: a ação do agente público em resolver um problema faz parte do que é a própria ideia de política pública; a política pública é uma orientação, uma diretriz e um modo de pensar o problema

†





Joel Cezar Bonin – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP
Juan Miguel González Velasco – Universidad Mayor de San Andrés – UMSA
Leonardo Aparecido de Lima da Silva – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP

público; deve existir uma intencionalidade a fim de tratar o problema, já que ele é realmente coletivo e abrangente. Contudo, o ponto alto da explicação está na possível passividade ou mesmo inoperância dos agentes públicos em sua resolução. E esse parece ser o problema central da realidade timbograndense, pois há um abandono, um esquecimento e uma passividade quando se trata de pensar os problemas do Contestado. Aliás, seria melhor se o “Contestado deixasse de existir”, e essa é a ação passiva que tanto se encontra no modo de enfrentamento das políticas públicas desta localidade.

Dessa forma, os programas sociais, como o Bolsa Família, tornam-se a única alternativa para a “manutenção” da vida, o que afeta positivamente a economia local em vários aspectos e ajuda, parcialmente, na alimentação de muitas famílias. Todavia, esse auxílio não gera nem transforma o mundo do Contestado. Apenas mantém as pessoas “vivas”, dependentes e alienadas ao sistema, pois, ao invés de produzir novas formas de vida, apenas mantém a situação inalterada.

Quando se trata de pensar o quanto isso impacta no processo de formação escolar, as coisas ficam ainda mais graves, pois - segundo informações coletadas no site Qedu.org, os resultados do IDEB são bem preocupantes, de acordo com a figura a seguir:

Figura 1 Dados IDEB Timbó Grande





Joel Cezar Bonin – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP
Juan Miguel González Velasco – Universidad Mayor de San Andrés – UMSA
Leonardo Aparecido de Lima da Silva – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP



Fonte: <https://qedu.org.br/municipio/4218251-timbo-grande> Acesso em 14 Mar. 2024

Ao verificarmos os dados, vale enfatizar que a cor vermelha (em matemática e português) indica que os alunos estão muito abaixo da média do aprendizado esperado. Salienta-se que a formação do ensino fundamental é satisfatória e equipara-se a municípios do mesmo porte de Timbó Grande. Mas, como se pode notar, o maior dilema está no Ensino Médio, já que os números demonstram os problemas relacionados à baixa qualificação para o trabalho, à submissão a subempregos e à necessidade de assistência estatal para a manutenção da renda. Além disso, fica evidente que a formação mínima do Ensino Fundamental corresponde a uma capacitação que habilita as pessoas apenas ao desenvolvimento de trabalhos elementares e inviabiliza o potencial de crescimento e de desenvolvimento para trabalhos com melhor remuneração.

É fato que as transferências de renda do governo federal e os benefícios eventuais às localidades tornam-se importantes para que as famílias tenham o mínimo de dignidade e o mínimo de qualidade de vida. Mas, realmente, é o mínimo e isso não condiz com um





Joel Cezar Bonin – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP
Juan Miguel González Velasco – Universidad Mayor de San Andrés – UMSA
Leonardo Aparecido de Lima da Silva – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP

adequado padrão de vida equiparável com todos os direitos sociais garantidos por nossa Constituição Federal.

As desigualdades socioeconômicas são conservadas e se refletem em outras desigualdades: culturais, sociais e escolares. A fome, por exemplo, que advém de um problema econômico, afeta o indivíduo como um todo. Para Abramovay (1985), a inteligência humana se retarda por diversos fatores e a fome é um deles, sendo que

[...] diferentemente da ossificação, do sistema imunitário e do funcionamento intestinal, a inteligência depende não só de fatores orgânicos, mas também – numa medida tremendamente importante – de determinações emocionais e pedagógicas. Em outras palavras, o que vai interferir sobre a inteligência da criança não é apenas o que ela come, mas o conjunto de sua relação com o mundo que a cerca, os estímulos que lhe são oferecidos, o amor que recebe e a atenção que lhe é consagrada pelo ambiente doméstico (Abramovay, 1985, p. 23).

É necessário conhecer a situação socioeconômica e cultural na qual os indivíduos estão inseridos, com o objetivo de conhecer o grau de recursos e conhecimentos disponíveis e sua influência no distúrbio nutricional. Para Virgínia Resende Silva Weffort et al, isso é muito importante e pode ser compreendido por meio da problematização daquilo que é definido como fome oculta:

[...] casos graves de desnutrição energético-proteica que estão dando lugar a casos menos exuberantes, no que tange à gravidade de sinais e sintomas, mas igualmente importantes, que são os decorrentes da chamada “fome oculta”. Nessa situação, as deficiências de micronutrientes e vitaminas são os fatores mais importantes para a fisiopatologia da doença diagnosticada. É assim que crianças com déficit alimentar de ferro desenvolvem sinais de anemia e irão apresentar inapetência, déficit do crescimento, comprometimento do desenvolvimento cognitivo e diminuição da qualidade de vida; as crianças que apresentam déficit de vitamina A também apresentam sinais e sintomas. Como também o excesso de tecido adiposo e particularmente a localização desses estoques de energia podem ser indicadores de risco de doenças como as cardiovasculares, o diabetes e o comprometimento da expectativa de vida (Weffort et al; 2014, p. 1984).





Joel Cezar Bonin – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP
Juan Miguel González Velasco – Universidad Mayor de San Andrés – UMSA
Leonardo Aparecido de Lima da Silva – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP

Desse modo, a fome é um resultado biológico, mas decorrente de vários fatores “ocultos” que deixam um rastro bem visível. Assim sendo, por mais que muitas crianças timbogrândenses tenham o mínimo para se alimentarem, a subnutrição se releva um problema pela inadequada alimentação fornecida, o que, como vimos com Abramovay (1985), acaba por impactar na capacidade intelectual destes infantes. E, se isso não é um processo sistemático de aniquilação e destruição de um povo, o que mais pode ser? A fome mata a dignidade e a capacidade de aprender. Se as crianças estão dentro de um quadro esperado de aprendizado - como vimos na figura extraída do site Qedu.org, isso não quer dizer que não existam impactos deletérios. Aliás, isso fica ainda mais claro com os efeitos sentidos no Ensino Médio. Além disso, é necessário que reconheçamos a fome como doença social e que se reconheça também que as políticas públicas devem promover um cuidado integral com os cidadãos, pois isso não é um gasto, e sim um investimento.

Devemos compreender, também, que a formação socioespacial do Contestado pode ser analisada de forma mais abrangente a partir do embasamento teórico nos textos de Milton Santos. Para o autor, a geografia interpreta o espaço humano como um fato histórico: “somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem” (Santos, 1982, p. 1). Portanto, a “noção de Formação Econômica e Social é indissociável do concreto, representado por uma sociedade historicamente determinada” (Santos, 1977, p. 86). Sendo assim, “a base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis





Joel Cezar Bonin – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP
Juan Miguel González Velasco – Universidad Mayor de San Andrés – UMSA
Leonardo Aparecido de Lima da Silva – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP

historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta (Santos, 1977, p. 10).

Rubim (2007), por sua vez, ressalta que as políticas culturais foram marcadas, em nosso país, por tristes aspectos: ausências, autoritarismos e instabilidades. Segundo o autor, as ausências poderiam ser consideradas como intervenção e regulação mínima do Estado nas políticas; autoritarismo pelas perseguições e exclusões culturais. Já as instabilidades podem ser caracterizadas quando se experimentam descontinuidades, fragilidades institucionais e repressão.

Em outras palavras: a falta de políticas que atendam às demandas dessa localidade é resultado de um processo histórico, delineado por um espaço geográfico preciso e circunscrito e por intenções sistematicamente organizadas. Assim, o microcosmo da desigualdade local pode ser compreendido pelo macrocosmo do mundo do poder imposto pela economia, que tudo incorpora e subtrai para si. As leis da exclusão historicamente determinadas não pouparam esforços para se imporem em Timbó Grande. Sua produção foi prolífica e deixou sua marca indelével no coração do Contestado.

Considerações Finais

Como vimos, o passado tem suas heranças e elas fazem parte da construção de um espaço, o que, nesta pesquisa, é um espaço marcado por uma guerra, que assinalou sobremaneira a vida desse povo do Contestado. Isso é tão forte que muitos residentes de Timbó Grande, que estão na faixa etária dos 40 e 50 anos, ainda são analfabetos. Quanto aos jovens, muitos não concluíram o Ensino Médio, pois desistem da escola para contribuir





Joel Cezar Bonin – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP
Juan Miguel González Velasco – Universidad Mayor de San Andrés – UMSA
Leonardo Aparecido de Lima da Silva – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP

com o orçamento familiar e acabam em trabalhos informais por falta de formação educacional.

Além disso, Timbó Grande ainda tem uma carência de políticas públicas culturais. Essa carência se torna mais gritante pelo poder público que, muitas vezes, acaba prevaricando e investindo em outros segmentos e não no empoderamento da cultura do povo caboclo do Contestado. Muitos dos resgates culturais do Contestado estão ligados aos movimentos sociais que se dão, por exemplo, por meio de associações locais que organizam a Feira Cabocla e o Acampamento Caboclo.

Ainda, podemos notar uma ausência da cultura cabocla mais efetiva no dia a dia, pois entende-se que conhecer as próprias raízes é o caminho mais eficaz de empoderamento do habitante do Contestado. Assim, como se pode constatar, o Contestado é uma região negligenciada, expropriada e violentada há mais de um século, seja em nome do progresso, seja em nome do esquecimento sistemático. Discutir políticas públicas, relacionando com honestidade, passado e presente, é um exercício fundamental para que ocorram mudanças e transformações nesse solo marcado pela dor e o sofrimento.

Neste contexto, entende-se que políticas públicas mais abrangentes possam ser uma alternativa para a diminuição dessa dor, ou seja, não basta ter comida na mesa para saciar a fome do corpo subnutrido, é preciso alimentar o espírito. A segurança alimentar é o primeiro passo para sustentar a sucessão de eventos precípuos, fortalecendo novas políticas públicas em prol da saúde do corpo e da “alma”, o que incluem políticas reais que extrapolem o atendimento às necessidades básicas, como a alimentação, e atinjam a formação humana integral por meio da educação, conforme apontado neste texto.





Joel Cezar Bonin – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP
Juan Miguel González Velasco – Universidad Mayor de San Andrés – UMSA
Leonardo Aparecido de Lima da Silva – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é a fome**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa do estudante do Brasil, 1953.

FRAGA, N. C. **Território, Região, Poder e Rede**: olhares e possibilidades conceituais de aproximação. In: *Relações Internacionais no Mundo Atual*, nº 7. Curitiba, 2007. p. 9-31. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/232>> acesso em: 01 de março de 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados do Município de Timbó Grande-SC**. Brasília, DF: IBGE, 2021/2022. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/timbo-grande/panorama> Acesso em 09 mar. 2024.

HARFUCH, M. A. C. **Contestado**: resistência do passado, as lutas do presente e o possível devir, uma leitura a partir de Major Vieira, SC. In: FRAGA, N. C. *Contestado*. Cidades, reflexos e coisificações geográficas. Florianópolis. Insular, 2016, p. 365 – 387.

NOSSA, L; JUNIOR, C. **Esquecida, região vive clima de miséria**. *Jornal Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,esquecida-regiao-ainda-vive-em-climade-miseria,834527>>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

PEREIRA, N. J.; SOUZA, K. R. de. Pobreza no Estado de Minas Gerais: uma análise da Região Norte. **Revista Iniciativa Econômica**, v. 4, n.2. julho/dezembro, p. 1-26 (2018). Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/iniciativa/article/view/11787> Acesso em 09 mar. 2024.

RUBIM, A. C. Políticas Culturais no Brasil. **Salvador**: Edufba, Coleção Cult (2007). Disponível em <https://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/legislacao-em-producaocultural/politicas-culturais-no-brasil-antonio-rubim>. Acesso em 01 mar. 2024.





Joel Cezar Bonin – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP
Juan Miguel González Velasco – Universidad Mayor de San Andrés – UMSA
Leonardo Aparecido de Lima da Silva – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP

SANTOS, M. **Sociedade e Espaço**: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, n. 54, 1977.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**: Ensaios. (2. ed.). Petrópolis: Vozes. 1982.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. Ed. São Paulo, Cengage Learning, 2014.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMÉ, N. **Sangue, Suor e Lágrimas no Chão Contestado**. Edições Incon, Caçador, UnC, 1992.

WEFFORT, V. R. S. et al. Avaliação do Estado Nutricional. In: JÚNIOR, Dioclécio Campos; BURNS, Dennis Alexander Rabelo; LOPEZ, Fabio Ancona. **Tratado de Pediatria**: Sociedade Brasileira de Pediatria. 3. ed., Barueri, SP: Manole, 2014 (p. 1969-1987).

Recebido em: 19/03/2024

Aprovado em: 24/07/2024

